

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

acordo de acionistas do Panamericano, com entrada em vigor após a conclusão da transferência do controle, incluindo a substituição do então controlador pelo BTG Pactual e a manutenção das principais condições do acordo anterior.

Em 30 de março de 2011, a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil ("Bacen") manifestou-se favoravelmente à alteração no grupo de controle do Banco, com a entrada do BTG Pactual em lugar da SSP e BF.

Em 27 de maio de 2011, foi concluída a aquisição pelo BTG Pactual da totalidade das ações de emissão do Panamericano de titularidade da SSP e da BF. Ademais, em 13 de junho de 2011, o Bacen aprovou de forma definitiva a transferência de ações acima mencionada, retroativamente ao mesmo dia 27 de maio de 2011.

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração do Banco convocou uma Assembleia Geral Extraordinária de acionistas para o dia 18 de janeiro de 2012, para deliberar sobre o aumento do capital social do Panamericano no valor de até R\$1,8 bilhão, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção das ações ordinárias e preferenciais atualmente existentes, de até 297.520.662 novas ações nominativas, escriturais e sem valor nominal. O aumento de capital tem como objetivo: (i) viabilizar o crescimento das atividades do Panamericano, de acordo com o novo plano de negócios que está sendo implementado pela atual diretoria; (ii) otimizar o aproveitamento do estoque de créditos fiscais atualmente detidos pelo Banco; e (iii) possibilitar a realização, pelo Panamericano, de novos investimentos e aquisições, inclusive com relação à potencial aquisição da Brazilian Finance & Real Estate S.A.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Nas operações de seguros, os Prêmios Ganhos totalizaram R\$93,4 milhões no ano de 2012, apresentando uma redução de 25,0% quando comparados ao resultado de R\$124,5 milhões obtido no ano de 2011.

As Despesas Administrativas da Seguradora em 2012 foram de R\$17,5 milhões, com redução de 39,2% em relação ao mesmo período de 2011, principalmente em razão da redução nas despesas com serviços de terceiros. O Resultado Operacional foi de R\$57,9 milhões no ano de 2012, com crescimento de 12,9% se comparado ao do ano de 2011, que foi de R\$51,2 milhões.

O Lucro Líquido de 2012 foi de R\$37,5 milhões, com crescimento de 5,0% em relação ao resultado de 2011, de R\$35,7 milhões. O Patrimônio Líquido da Seguradora apresentou, em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 26,6% em relação a 31 de dezembro de 2011, atingindo R\$168,2 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras da Seguradora passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"). A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	2012	2011
Prêmios emitidos	123.037	98.442
Variações das provisões técnicas de prêmios	(29.661)	26.106
Prêmios Ganhos	93.376	124.548
Sinistros ocorridos	(31.694)	(61.019)
Custo de aquisições	(1.323)	(4.565)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.410)	5.148
Resultado com Resseguro	(532)	(573)
Despesa com resseguro	(532)	(616)
Recicla com resseguro	—	43
Operações com previdência	(13)	(344)
Despesas administrativas	(17.453)	(28.686)
Despesas com tributos	(4.922)	(6.235)
Resultado financeiro	19.116	20.868
Resultado patrimonial	4.731	2.101
Resultado Operacional	57.876	51.243
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	395	6.315
Resultado antes dos impostos e Participações	58.271	57.558
Imposto de renda	(13.604)	(16.861)
Contribuição social	(8.132)	(10.132)
Ativo fiscal diferido IRRJ	423	(3.217)
Ativo fiscal diferido CSLL	581	1.930
Lucro Líquido	37.492	35.712
Quantidade de ações	339.313.199	339.313.199
Lucro Líquido por Ação - R\$	0,11	0,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	2012	2011
Lucro líquido	37.492	35.712
Ajuste de títulos e valores mobiliários	(20)	9
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes	8	(4)
Resultado Abrangente do Exercício	37.480	35.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	2012	2011
Atividades Operacionais		
Lucro líquido	37.492	35.712
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	114	630
Equivalência patrimonial	(4.896)	(853)
Amortização de ativos intangíveis	42	—
Gainha na alienação de imobilizado e intangível	(395)	(6.315)
Mudança no valor justo de propriedades de investimentos	222	6
Ajuste de avaliação patrimonial	(12)	—
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(88.100)	17.473
Créditos das operações de seguros,	850	3.986
Ativos de resseguro	105	(43)
Créditos fiscais e previdenciários	3.878	(6.444)
Outros ativos	(5.691)	3.508
Depósitos judiciais e fiscais	(275)	15
Fornecedores e outras contas a pagar	(211)	(635)
Impostos e contribuições	4.179	6.949
Débitos de operações com seguros e resseguros	486	(688)
Depósitos de terceiros	222	(48)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	28.227	(14.047)
Provisões técnicas - Previdência complementar	(3)	297
Provisões judiciais	(1.357)	1.357
Caixa (Consumido)/Gerado pelas Operações	(25.164)	40.860
Dividendos recebidos	(52)	(43)
Imposto sobre o lucro pago	(5.210)	6.786
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades Operacionais	(30.426)	47.583
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(18)	(6)
Alienação de imobilizado	45	330
Alienação de investimentos	2.899	29.233
Despesas de desenvolvimento	(452)	—
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades de Investimento	(27.952)	77.140
Atividades de Financiamento		
Pagamentos dos custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	(37)	(15)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(2.117)	(50.315)
Caixa Líquido (Consumido)/Gerado nas Atividades de Financiamento	(30.106)	26.810
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(30.106)	26.810
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	30.136	3.326
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	30	30.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A PanAmericana de Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração de seguros dos ramos de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro-desemprego), vida em grupo e danos pessoais. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo Panamericano. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as instituições. A Seguradora é diretamente controlada (99,99%) pelo Banco Panamericano S.A. Os produtos de Seguros são ofertados através de corretores de seguros e distribuídos em todo território nacional pela rede do Banco Panamericano S.A.

Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30/03/2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as disposições da Lei nº 11.638/07, bem como as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e os atos normativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentados segundo critérios estabelecidos na Circular SUSEP nº 430/2012 incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

Os instrumentos de dívidas classificados como "disponíveis para venda", demonstração de fluxos de caixa está sendo divulgado pelo método indireto.

2.2) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 18 de fevereiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

3.1) Apuração do resultado

a) As receitas de prêmios de seguros são contabilizadas por ocasião da emissão das apólices e diferidas pelo prazo de vigência das apólices ou faturas dos seguros por meio da constituição das provisões de prêmios não ganhos.

b) Os prêmios de seguros e os custos de aquisição de retrocessão e correspondente provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos do IRB - Brasil Resseguros S.A.

c) Os sinistros são refletidos nos resultados com base no registro oficial de sinistros avisados, que busca refletir a sinistralidade estimada para os contratos com cobertura de risco em vigência relacionadas às indenizações a incorrer com o processamento e a regulação dos sinistros.

d) Os custos de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguros. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

3.2) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

3.2.1) Classificação dos ativos e passivos financeiros para fins de reconhecimento e mensuração
Os ativos e passivos financeiros são classificados para fins de mensuração, conforme segue:

Ativos financeiros
Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros "disponíveis para venda", investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

(ii) Títulos disponíveis para venda: são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, mantidos até o vencimento nem como empréstimos e recebíveis, ajustados pelo valor de reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais a Seguradora tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

(iv) Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui ativos financeiros que possuem pagamentos fixos ou determinados de modo geral, a intenção seja de mantê-los até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não recuperação estimadas).

(v) Os instrumentos de dívidas classificados como "disponíveis para venda" são demonstrados ao valor justo. As receitas de juros, calculadas utilizando o método de juros efetivos, são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, se houver, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados em "Outros resultados abrangentes", e acumulados na rubrica "Ajuste com títulos e valores mobiliários" no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Os ativos financeiros classificados pela Seguradora na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, principalmente: créditos das operações de seguros a receber e outros recebíveis. Demonstramos a seguir os ativos financeiros e suas respectivas classificações:

	31/12/2012			
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações	76.997	99,99	225.530	100,00
Créditos das operações com seguros				
Prêmios a receber	—	—	—	10.008
Prêmios de co-seguros a receber	—	—	—	1.571
Títulos e créditos a receber	—	—	—	3751
Outros créditos operacionais	—	—	—	937
Ativos de resseguro	—	—	—	(62)
Equivalente de caixa	5	0,01	—	—
Total dos ativos financeiros	77.002	100,00	225.530	100,00

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	170.820	147.464
Contas a pagar	14	25.952
Obrigações a pagar	20	3.739
Impostos e encargos sociais a recolher	17.a	108
Encargos trabalhistas	209	164
Impostos e contribuições	17.b	21.783
Outras contas a pagar	16	113
Débitos de operações com seguros e resseguros	15	662
Prêmios a restituir	16	—
Operações com seguradoras	562	—
Operações com resseguradoras	49	173
Corretores de seguros e resseguros	35	2
Outros débitos operacionais	—	1
Depósitos de terceiros	18	260
Provisões técnicas - seguros	12	143.566
Pessoas	143.566	115.339
Provisões técnicas - previdência complementar	13	380
Planos não bloqueados	380	383
Passivo não Circulante	34.871	31.895
Contas a pagar	20	972
Obrigações a pagar	972	1.103
Outros débitos	19	33.899
Provisões judiciais	33.899	30.792
Patrimônio Líquido	21	168.181
Capital social	71.256	71.256
Reserva de lucros	96.915	61.540
Ajuste de avaliação patrimonial	10	22
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	373.872	312.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajuste de títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	71.256	62.828	17	—	134.101
Títulos e valores mobiliários	—	—	5	—	5
Lucro líquido	—	—	—	35.712	35.712
Proposta para distribuição do resultado	—	1.786	—	(1.786)	—
Reserva legal (nota 21b)	—	31.926	—	(31.926)	—
Reserva estatutária (nota 21b)	—	(35.000)	—	—	(35.000)
Dividendos pagos (nota 21c)	—	—	—	(2.000)	—
Juros sobre capital próprio proposto	—	—	—	—	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	71.256	61.540	22	—	132.818
Títulos e valores mobiliários	—	—	12	—	12
Lucro líquido	—	—	—	37.492	37.492
Proposta para distribuição do resultado	—	—	—	—	—
Reserva legal (nota 21b)	—	1.875	—	(1.875)	—
Reserva estatutária (nota 21b)	—	33.500	—	(33.500)	—
Juros sobre o capital próprio/dividendos (nota 21c)	—	—	—	(2.117)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	71.256	96.915	10	—	168.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A PanAmericana de Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima fechada e tem como objetivo a exploração de seguros dos ramos de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro-desemprego), vida em grupo e danos pessoais. Suas operações estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Grupo Panamericano. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as instituições. A Seguradora é diretamente controlada (99,99%) pelo Banco Panamericano S.A. Os produtos de Seguros são ofertados através de corretores de seguros e distribuídos em todo território nacional pela rede do Banco Panamericano S.A.

Em 27/05/2011, o Banco BTG Pactual S.A. concluiu a aquisição da totalidade das ações de titularidade da Silvio Santos Participações S.A. e da BF Utilidades Domésticas Ltda., correspondentes a 67.259.328 ações ordinárias e 24.712.286 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal do Banco Panamericano S.A. A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil manifestou-se favoravelmente à alteração do controle acionário do Banco em sessão realizada em 30/03/2011, aprovando definitivamente a transferência das ações em 13/06/2011.

Com a conclusão da operação, a CAIXA e o Banco BTG Pactual passaram a exercer o controle acionário do Banco Panamericano, conforme acordo de acionistas da Instituição celebrado em 31/01/2011.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base de preparação

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

sinistros computados na base de dados da Seguradora, a provisão de IBNR é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pela Circular SUSEP nº 283/2005.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

3.11) Teste de adequação de passivos - TAP
Conforme Circular SUSEP nº 457, de 14/12/2012, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguros. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, o resultado do TAP deverá ser reconhecido na PIP ou outra provisão que venha a substituí-las.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP nº 457, de 14/12/2012, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de dezembro de 2012, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2012 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos - 35%
Seguro de Pessoas - 22%
Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, data base de 31/12/2012, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/2012.

A partir dos próximos períodos conforme Circular SUSEP nº 457/2012, os testes serão feitos semestralmente.

3.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
A alíquota do passivo, conforme descrito no CPC 32, de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usada para o imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização as quais são revistas periodicamente, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 5%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. A Seguradora está obrigada ao Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.13) Ativos e provisões para riscos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios os seguintes:

a) Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

b) Passivos contingentes: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

c) Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

3.14) Patrimônio Líquido
Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio.

Reservas de lucros
A conta de reservas de lucros da Seguradora e sua controlada é composta por reserva legal, reserva estatutária e reserva para dividendos adicionais propostos.

Distribuição de dividendos
A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora e sua controlada é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nos estatutos sociais. O estatuto da Seguradora e sua controlada prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 5% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e, observando-se o critério "Pro Rata Die".

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição, contabilizados por ocasião da vigência do risco, futuramente ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas aos resseguradores e outras seguradoras.

3.15) Uso de Estimativas contábeis
A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, dentre as estimativas contábeis críticas mais relevantes destacamos: (i) a estimativa dos créditos tributários ativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) as provisões técnicas de seguro; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.16) Demonstração de resultados abrangentes
A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido pelo método IFRS e CPC.

3.17) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e ainda não foram aprovadas
Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para fins da IFRS em períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- Alteração do IAS 32 - "*Financial Instruments: Presentation*" - essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de "*offsetting*" de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

- Alterações do IFRS 7 - "*Financial Instruments: Disclosures*" - em outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos (riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do período. Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de julho de 2011. Adicionalmente em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de "*winding up*". Esses requerimentos são efetivos para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações.

- IFRS 9 - "*Financial Instruments*" - o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 "*Financial Instruments: Recognition and Measurement*". O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros da Panamericana de Seguros S.A. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.

- Alteração do IAS 19 - "*Employee Benefits*" - essa alteração não permite mais o uso do método do "corredor" e todas as movimentações deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes IFRS 10 - "*Consolidated Financial Statements*" - o pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada. O IFRS 10 fornece guia adicional para ajudar na determinação do controle, quando há dificuldades em certos casos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 11 - "*Joint Arrangements*" - O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de "*Joint Arrangements*" com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os "*Joint Arrangements*" em duas formas: "*Joint Operations*" e "*Joint Ventures*", de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em "*Joint Ventures*", a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 12 - "*Disclosures of Interests in Other Entities*" - O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como "*Joint Arrangements*", associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção do pronunciamento.

- IFRS 13 - "*Fair Value Measurement*" - O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da adoção do pronunciamento.

4) GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS E DE SEGUROS

As principais atividades da Seguradora estão nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional e de Danos Pessoais (DPVAT):

• Seguros de Pessoas, seu foco de atuação é o Seguro de Vida Individual e Empresarial, Acidentes Pessoais, destinados a pequenas e médias empresas.

• Seguro Prestamista com atuação em financiamentos de veículos, crédito pessoal, oferecendo coberturas de Morte, Invalidez, opcionalmente com Desemprego Involuntário e Incapacidade Temporária.

• Seguro Habitacional, comercializando exclusivamente para os clientes da Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, ambas empresas ligadas ao conglomerado do Panamericano.

• Danos Pessoais atua especialmente no consórcio do DPVAT.

Atualmente a Seguradora possui 29 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelas áreas técnica, de sinistros, operacional, comercial, controladoria, finanças e contabilidade. Adicionalmente, utiliza a estrutura administrativa e operacional do Grupo Financeiro Panamericano.

O gerenciamento de riscos é efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Seguradora.

Por essa razão, a Administração busca contínua melhoria das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados pela rede do Banco Panamericano em todo território nacional, visando a proteção financeira dos nossos clientes, atendendo as necessidades nos segmentos pessoa jurídica e pessoa física, sendo este último o maior concentração dos negócios.

A Seguradora subscreve contratos de seguros, retendo os riscos e os prêmios associados a estes contratos. Adicionalmente, ao gerenciar sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou cosseguradores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos são cedidos.

A Política de repasse de riscos é definida tecnicamente e atuarialmente, exclusivamente pela Diretoria Técnica Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e evitar possíveis desvios na sinistralidade.

As operações de seguros envolvem, por parte da Seguradora, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a Seguradora está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida, na Seguradora, visa estabelecer o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências. Os produtos de seguros são submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consiste de uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de seguros, pricing e risco regulatório.

As atividades da Seguradora estão em sinergia com as operações do controlador o Banco Panamericano S.A.. Os prêmios relativos aos seguros são recebidos mensalmente e em parcela única.

Os principais produtos comercializados são:

Receitas de eventos aleatórios: a Seguradora oferece a garantia de minimizar o risco de crédito junto ao estipulante do saldo devedor de uma operação de crédito existente na data do sinistro, devidamente vinculado ao presente seguro, observado o valor máximo previsto em cláusula específica de condições, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as demais condições contratuais.

Prestamista: Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de seguros, na hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas condições gerais e especiais da apólice.

Acidentes Pessoais Coletivo: a Seguradora oferece a garantia do pagamento de um capital segurado ao segurado ou a seu(s) beneficiário(s), na hipótese de ocorrência de eventos cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as demais condições contratuais.

Habitacional: Garante a quitação total ou parcial em caso de falecimento ou invalidez total do mutuário, em decorrência do financiamento contratado, conforme previsto nas condições gerais, desde que não

esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as condições contratuais entre estipulante e a Panamericana de Seguros.

Vida em Grupo: Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado, observadas as condições gerais, especiais e o termo de adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, invalidez permanente total ou parcial e assistência funeral, diárias de incapacidade, entre outras.

a) Política de gerenciamento de riscos
Atualmente, a política de gerenciamento de risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos riscos de seguros, crédito, liquidez, mercado e capital fazem parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da Panamericana de Seguros.

Os produtos de seguros são ofertados tanto pela rede do Banco Panamericano como através de corretores de seguros, devidamente cadastrados. A distribuição de seguros se dá em todo território nacional.

b) Risco de Seguros
O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Considera-se risco de seguro o risco em que o segurado transfere para o subscritor, no caso a Seguradora, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Todos os principais processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da Seguradora. Cada risco e controle monitorados pela equipe da Seguradora trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista e do habitacional. As maiores concentrações são nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. Não há a pretensão de operar mais com seguros de vida oriundo de licitações o que reduzirá a frequência de seguros na região nordeste. Por outro lado, futuramente, a Seguradora irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. O foco da Seguradora é atuar mais diretamente nas regiões sudeste, sul e centro-oeste.

Ramo

Região

Prêmio Líquido (*)

Prêmio Total Emitido (*)

Pessoas

Ramo

Região

Prêmio Líquido (*)

Prêmio Total Emitido (*)

Prestamista

Ramo

Região

Prêmio Líquido (*)

Prêmio Total Emitido (*)

Acidentes Pessoais

Ramo

Região

Prêmio Líquido (*)

Prêmio Total Emitido (*)

Perda de Renda

Ramo

Região

Prêmio Líquido (*)

Prêmio Total Emitido (*)

Vida em Grupo

Ramo

Região

Prêmio Líquido (*)

Prêmio Total Emitido (*)

Habitacional

Ramo

Região

Prêmio Líquido (*)

Prêmio Total Emitido (*)

(*) Nos valores de prêmios não foram considerados os valores de PPNG-RVNE.

o) Estratégia de Subscrição
A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimação das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois principais objetivos: • Fornecer cobertura de seguro; e

• Obter um lucro operacional.

A política de aceitação do seguro de pessoas da Seguradora é determinada em função da classificação dos riscos:

a) Riscos Seguráveis: São riscos com compreensão clara das consequências do fato ocorrido;

b) Riscos Aceitáveis: Riscos que já possuem aceitação definidas internamente; e

c) Riscos Inaceitáveis/Inseguráveis: São riscos de difícil previsão, pois podem ser muito afetados pelas ações do segurado, concentração de riscos e aqueles que podem trazer riscos à possíveis fraudes.

Na Seguradora, o risco de subscrição é avaliado por:

(i) Etapas
• Desenvolvimento do produto e precificação, adequada a realidade do mercado com base em tábuas atuariais pré-definidas;

• Formas de comercialização;

• Análise de aceitação da proposta; e

• Procedimentos e comportamento da sinistralidade.

(ii) Área técnica, operacional e atuarial
• Atuarial: Mensuração do Risco; Nota Técnica Atuarial e definição dos limites técnicos por apólice e carteira;

• Subscrição: Riscos seguráveis; Riscos aceitáveis; Riscos inaceitáveis/inseguráveis; e

• Tarifação adequada aos riscos.

A Administração da Seguradora adota os seguintes principais procedimentos para mitigação dos riscos de subscrição:

• Política de governança que assegure a gestão adequada das operações;

• Políticas e Controles Internos;

• Estrutura Organizacional;

• Reavaliação periódica dos riscos e controles praticados;

• Adoção de políticas e procedimentos para criação de novos produtos e monitoramento dos riscos de subscrição;

• Limites Operacionais para aceitação e concentração de riscos;

• Políticas de Recursos Humanos;

• Pessoal Técnico treinado para monitoramento dos riscos;

• Metodologias e métodos estatísticos e atuariais;

• Sistema de informações gerenciais - análises de carteiras; e

• Plano de Contingências.

(iii) Monitoramento
O monitoramento do risco de subscrição é realizado com análise do comportamento da carteira abrangendo todos os sub-riscos inerentes à operação, como por exemplo:

• Risco de Insuficiência de Provisão: Risco relacionado com a incerteza derivada da variabilidade das provisões técnicas em relação a seu valor esperado até a liquidação de todos os sinistros;

• Risco de Insuficiência de Prêmios (Seguros Não-Vida): Risco em que o prêmio de competência do período de análise de solvência, não seja suficiente para indenizar os sinistros que ocorrerão durante o período de análise acrescidos dos custos de gestão de sinistros; e

• Risco de Subscrição de Vida: Os riscos de mortalidade e de invalidez refletem a incerteza sobre a suficiência de provisões técnicas nessas modalidades.

De forma geral, no julgamento da Administração, a Seguradora adota uma política de aceitação de riscos, abrangendo os seus produtos desenvolvidos e comercializados junto ao mercado, levando em consideração as etapas, considerações e variáveis mencionadas anteriormente.

(i) Estratégia de resseguro
Essa política visa proteger a carteira da Seguradora, além de oferecer uma garantia aos acionistas de possíveis desvios relevantes na sinistralidade. A política de resseguros é revisada periodicamente pela Seguradora, incluindo os riscos a ressegurar, lista de resseguradores e grau de concentração.

Atualmente, a Seguradora possui um contrato de resseguro proporcional de excedente de Responsabilidade com o IRB - Brasil Resseguros S.A, para proteção de sua carteira, e o volume de operações com resseguradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foi representativo considerando o cenário atual da Seguradora.

(i) Mapa de contratos de resseguros

Contrato

Carteira

Resseguradoras

%

Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Riscos Pessoais

Resseguro de Cota Parte - Seguro Habitacional

Resseguro de Excesso de Danos - Seguro Habitacional

Resseguro de Cota Parte - Seguros Prestamistas

Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Seguro Habitacional

Resseguro de Cota Parte - Seguro Habitacional

Resseguro de Excesso de Danos por evento (catástrofe) - Seguro Habitacional

Não se aplica (1)

Não se aplica (1)

Não se aplica (1)

Provisões e Pagamentos - Bruto de Resseguro (Sinistros Administrativos)

Ano de Aviso

Montante estimado para os sinistros

- No final do ano do aviso

- Um ano após o aviso

- Dois anos após o aviso

- Três anos após o aviso

- Quatro anos após o aviso

- Cinco anos após o aviso

- Seis anos após o aviso

Estimativa corrente

até a data base

Passivo reconhecido no balanço

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando informado)

i) Risco de mercado
 É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de ativos financeiros detidos pela Seguradora. O montante das posições detidas pode sofrer variações em função da volatilidade de preços e de taxas de juros, as quais alteram o valor de mercado dos títulos que a Seguradora tenha posição.

O risco de mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco Panamericano, por meio de metodologias aderentes às exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validados pelos acionistas.

j) Análise de sensibilidade
 A Seguradora, como controlada do Banco Panamericano, adota o mesmo critério de mensuração do Risco de Mercado de seu acionista majoritário.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Seguradora não possuía diretamente exposição em instrumentos financeiros atrelados a taxa de juros (prefixadas, cupons de moeda, cupons de índice e cupons de taxas), variação cambial, ações ou commodities. As aplicações financeiras foram alocadas em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos federais com remuneração pós-fixada (SELIC), consequentemente, o Risco de Mercado da Seguradora encontra-se em níveis baixos.

Além destas exposições, a Seguradora possui aplicações financeiras em Fundos de Investimentos no montante de R\$ 76.996, sendo R\$ 22.235 em fundos compostos em sua maioria por ações. Nos demais fundos, considerando-se a participação da Seguradora em cada fundo e de forma consolidada, a Seguradora também não apresentou exposição relevante aos fatores de Risco de Mercado (50,3% da carteira dos fundos estão alocados em ativos indexados a SELIC, 0,3% a IGPM, 45,83% em exposição prefixada e 3,83% em cupom de IPCA).

k) Risco de crédito
 A Seguradora possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros, o critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada para a sua atividade.

O saldo de contas a receber, está distribuído em diversos clientes aonde a concentração principal de risco de crédito por um único cliente, é representada por prêmios emitidos contra as empresas do conglomerado Panamericano. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

l) Estimativa ao valor justo

Ativos	31/12/2012	31/12/2011
	Nível 1	Nível 1
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado		
Títulos para negociação	76.997	29.179
Ativos financeiros disponíveis para venda	225.530	185.250
Total	302.527	214.429

Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como títulos para negociação e disponíveis para venda.

m) Exposição ao risco de crédito

	Redução ao	31/12/2012	31/12/2011	Redução ao
	valor recuperável			valor recuperável
Instrumentos de dívida	302.527	-	214.429	-
Empréstimos e recebíveis	14.691	297	12.835	-
Exposição máxima ao risco de crédito	317.218	297	227.264	-

A gestão do risco de liquidez da Seguradora tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. A Seguradora tem como premissa, efetuar análises semanais no fluxo de caixa dos ativos garantidores das provisões técnicas, de forma a oferecer total equilíbrio entre o fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para isso, são aplicados também métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguros.

Os investimentos financeiros são gerenciados pela Seguradora com uma abordagem de balançamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, a Seguradora utiliza estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas pela Seguradora para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balançamento de ativos e passivos.

O balançamento entre os vencimentos e volumes de ativos e passivos é monitorado pela administração da Seguradora em decorrência das características e comportamento de seus produtos e respectivos riscos atuariais.

A Administração da Seguradora gerencia o risco de liquidez utilizando as seguintes técnicas:

- Correspondendo as entradas de caixa com as expectativas de saídas de caixa utilizando projeções específicas de fluxo de caixa ou, mais genericamente, combinando o vencimento e volumes de ativos e passivos.
- Mantendo recursos em caixa.
- Investindo em títulos com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos para o grau que eles existem.

• Monitorando a concentração de investimentos e restringindo quando apropriado, por exemplo, dívidas emitidas ou emissores.

O risco de liquidez avalia as mudanças nos fluxos de caixa líquidos esperados sob uma série de cenários de stress designados para determinar o efeito da redução da expectativa de liquidez disponível e acelerando as saídas de caixa.

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
	Até 365 dias		Até 365 dias	
Obrigações a pagar	3.739	78,32	4.013	92,83
Outras contas a pagar	113	2,37	95	2,20
Prêmios a Restituir	16	0,34	-	-
Operações com seguradoras	562	11,77	-	-
Operações com resseguradoras	49	1,03	173	4,00
Corretores de seguros e resseguros	35	0,73	2	0,05
Outros débitos operacionais	-	-	1	0,02
Depósitos de terceiros.	260	5,44	39	0,90
Total	4.774	100,00	4.323	100,00

o) Maturidade das provisões técnicas (sem DPVAT e retrocessão)

	2012		2011	
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Valor Contábil	
PPNG	2.078	76.960	79.038	
PPNG-RVNE	9.472	-	9.472	
PCP	584	-	584	
IBNR	11.491	2.460	13.951	
PBaR	95	285	380	
Total	23.720	79.705	103.425	

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Valor Contábil
PPNG	18.914	30.158	49.072
PPNG-RVNE	10.482	-	10.482
PCP	267	-	267
IBNR	15.786	4.167	19.953
PBaR	96	287	383
Total	45.545	34.612	80.157

p) Risco de capital
 A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital, através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

Em períodos anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Seguradora em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

(i) Patrimônio líquido ajustado (PLA)

	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido	168.181	132.818
Participação em empresas controladas	(15.111)	(10.488)
Despesas antecipadas e não relacionadas a resseguro	(161)	-
Intangíveis	(452)	-
Patrimônio líquido ajustado	152.457	122.330

(ii) Margem de solvência

	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido ajustado	152.457	122.330
0,20 vezes da receita líquida de prêmios retidos anual - últimos 12 meses (a)	24.607	19.688
0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos - últimos 36 meses (b)	15.659	16.325
Margem de solvência (o maior valor entre (a) ou (b))	24.607	19.688
Suficiência	127.850	102.642

(iii) Capital mínimo requerido em 31 de dezembro 2012
Circular SUSEP Nº 411/2010 - Capital adicional baseado no Risco de subscrição
 Capital Adicional - Riscos de Subscrição **23.267**
Resolução CNSP Nº 228/2010 - Capital adicional baseado no Risco de Crédito
 Capital Adicional Baseado no Risco de Crédito Referente à Parcela 1 - CAcred1 **3**
 Capital Adicional Baseado no Risco de Crédito Referente à Parcela 2 - CAcred2 **10.908**
 Capital Adicional Baseado no Risco de Crédito - CAcred **10.911**

Resolução CNSP Nº 227/2010 - Capital mínimo requerido
 (1) Capital Base **15.000**
 (2) Capital Adicional - Risco de Subscrição **23.267**
 (3) Capital Adicional - Risco de Crédito **10.911**
 (4) Capital Adicional Total **30.236**
(5) Capital Mínimo Requerido (CMR) = (1) + (4) **45.236**
 (6) Margem de Solvência **24.510**
 (7) Capital Mínimo Requerido (CMR) - Final = Máx [(5), (6)] **45.236**
 (8) Patrimônio Líquido Ajustável (PLA) **152.458**
 (9) Suficiência do PLA = (8) - (7) **107.222**
 (10) Suficiência do PLA em relação ao CMR = (9) / (7) **237,03%**

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2012	31/12/2011
Caixas e bancos	25	119
Aplicações financeiras de liquidez imediata (*)	5	30.017
Total	30	30.136

(*) Inclui as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e não estão vinculadas para a garantia de provisões técnicas de seguros.

	31/12/2012	31/12/2011
CDB - pós fixado	-	30.012
Cotas de fundos de investimento - não exclusivos	5	5
Total	5	30.017

6) APLICAÇÕES

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Disponíveis para venda	225.530	74,55	185.250	86,39
Negociação	76.997	25,45	29.179	13,61
Total	302.527	100,00	214.429	100,00

b) Por tipo

	31/12/2012	31/12/2011
Títulos públicos federais	215.292	185.228
Títulos privados	10.238	-
Cotas de fundos de investimentos - não exclusivos	76.996	29.179
Outras aplicações	1	22
Total	302.527	214.429

c) Por prazo de vencimento

	31/12/2012			31/12/2011		
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	
Disponíveis para venda	1	86.706	138.824	225.531	185.250	
Títulos públicos federais (ii)	-	86.706	128.586	215.292	185.228	
Títulos privados	-	-	10.238	10.238	-	
Outras aplicações	1	-	-	1	22	
Negociação	76.996	-	-	76.996	29.179	
Cotas de fundos de investimento (i)	76.996	-	-	76.996	29.179	
Total	76.997	86.706	138.824	302.527	214.429	

(i) O valor de mercado das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos.

(ii) O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

	31/12/2012				
	Quantidade	Data de vencimento	Taxa de juros - %		R\$
LFT	43	7/3/2013	100 do SELIC	-	234
LFT	15.873	7/9/2013	100 do SELIC	-	86.472
LFT	6.686	7/3/2014	100 do SELIC	-	36.425
LFT	12.240	7/9/2014	100 do SELIC	-	66.684
LFT	444	7/3/2015	100 do SELIC	-	2.419
LFT	4.232	7/9/2015	100 do SELIC	-	23.058
Total	39.518				215.292

	Títulos Públicos	CDB	Fundos	DPGE	Total
Em 31 de dezembro de 2010	195.774	10.330	25.793	-	231.897
Aplicações	77.330	4.000	15.652	-	96.982
Resgates	(110.504)	(14.594)	(15.965)	-	(141.063)
Rendimentos	22.644	264	3.699	-	26.607
Ajuste a valor de mercado	6	-	-	-	6
Em 31 de dezembro de 2011	185.250	-	29.179	-	214.429
Aplicações	152.109	-	44.868	10.000	206.977
Resgate	(138.583)	-	(3.243)	-	(141.826)
Rendimentos	16.514	-	6.193	238	22.945
Ajuste ao valor de mercado	2	-	-	-	2
Em 31 de dezembro de 2012	215.292	-	76.997	10.238	302.527

Em 31 de dezembro de 2012, os montantes vinculados à SUSEP como recursos garantidores das provisões técnicas são R\$ 121.864 (2011 - R\$ 108.626) em títulos de renda fixa, sem DPVAT.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

7.1) Composição de prêmios a receber

	31/12/2012		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber (líquido)
Prestamista	9.642	(152)	9.490
Acidentes pessoais coletivos	257	(2)	255
Desemprego/perda de renda	34	-	34
Vida em grupo	257	(39)	218
Seg. habit. apol. merc. - prestamista	82	(73)	9
Seg. habit. apol. merc. - demais coberturas	33	(31)	2
Total	10.305	(297)	10.008

	31/12/2011		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber (líquido)
Prestamista	104	-	104
Acidentes pessoais coletivos	4.947	-	4.947
Desemprego/perda de renda	4.877	-	4.877
Vida em grupo	682	-	682
Total	10.610	-	10.610

Prêmios a receber por prazo de vencimento

	31/12/2012	31/12/2011
Vencidos	341	102
De 1 a 30 dias	285	102
De 31 a 60 dias	56	-
A vencer	9.667	10.508
A vencer de 1 a 30 dias (*)	9.667	10.482
A vencer de 31 a 60 dias	-	26
Total	10.008	10.610

(*) Os prêmios estão sendo reduzidos pelo arrasto da redução ao valor recuperável e o saldo de RVNE está classificado como a vencer de 1 a 30 dias.

b) Movimentação de prêmios
 Apresentamos a seguir os montantes referentes a movimentação de prêmios incluso a PPNG/RVNE (sem DPVAT):

Ramos	Saldo em 31/12/2011	(+) Prêmios emitidos	(-) Prêmios Recebidos	Saldo em 31/12/2012
Prestamista	104	119.066	(109.679)	9.491
Acidentes pessoais coletivos	4.947	11.439	(16.131)	255
Desemprego/perda de renda	4.877	4.591	(9.435)	33
Vida em grupo	682	1.712	(2.176)	218
Seg. habit. apol. merc. - prestamista	-	17	(8)	9
Seg. habit. apol. merc. - demais coberturas	-	11	(9)	2
Total	10.610	136.836	(137.438)	10.008

Ramos	Saldo em 31/12/2011	(+) Prêmios emitidos	(-) Prêmios Recebidos	Saldo em 31/12/2011
Prestamista	8.864	17.692	(26.452)	104
Acidentes pessoais coletivos	12.646	112.581	(120.280)	4.947
Desemprego/perda de renda	-	37.646	(32.769)	4.877
Renda de eventos aleatórios	581	1.555	(2.136)	-
Vida em grupo	390	7.881	(7.589)	682
Total	22.481	177.355	(189.226)	10.610

c) Movimentação da redução ao valor recuperável

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	-	(7.409)
(+) Constituições/reversões no exercício (*)	(297)	7.409
Saldo final	(297)	<

